

# Peronismo: balanços, sínteses e novas provocações

Peronism: assessments, syntheses and new provocations

Fernando Sarti Ferreira\*

**Resenha do livro:** ACHA, Omar et al. **História del Peronismo:** um manual para su investigación. Omar Acha; Juan Luis Besoky (comp.). Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo 30/10, 2023.

**Palavras-chave:** Peronismo e cultura política; trabalhismo e participação popular; autonomia e heteronomia dos trabalhadores.

**Keywords:** Peronism and Political Culture; Labourism and Popular Participation; Autonomy and Heteronomy of Workers.

**O**S ESTUDOS SOBRE o peronismo tiveram enorme incidência não apenas sobre a sociologia e a historiografia brasileiras, mas também sobre o debate público, ao fornecer a principal definição do que seria o “populismo na América Latina”. Se o sociólogo ítalo-argentino Gino Germani não teve influência direta sobre as primeiras formulações do Grupo de Itatiaia – feitas ainda na primeira metade da década de 1950, sobre o caráter dos movimentos populares surgidos ao fim da Segunda Guerra Mundial no Brasil (GOMES, 2001) –, com certeza, sua influência se projetou sobre os intelectuais brasileiros na década seguinte. Em 1960, uma parte importante de seu trabalho foi traduzido e publicado em um livro no país, *Política e massa* (1960), podendo ser claramente identificado o seu impacto na produção nacional sobre o tema a partir de então (FERREIRA, 2001, pp. 68-78).

Contudo, após a publicação de Germani, apenas mais uma obra do que poderíamos chamar de “clássicos dos estudos sobre o peronismo” foi vertida ao português: trata-se de *Estudos sobre as origens do peronismo*, de Miguel Murmis e Juan Carlos Portantiero.

\* Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). Professor adjunto e substituto, nível I, no curso de Relações Internacionais – Unifesp. Pesquisador associado do Laboratório de Economia Política e História Econômica da USP (LEPHE-USP) e do Grupo de Estudos de História e Economia Política (GMARX-USP). E-mail: fsartferreira@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6571-8492>.

O livro, uma das principais críticas ao trabalho de Germani, foi publicado no Brasil em 1973, dois anos após ser editado na Argentina. E mesmo com um impacto muito menor que a obra de Germani no debate sobre o “populismo brasileiro”, ainda assim parece ecoar em algumas colocações de Francisco Weffort, principalmente em relação à ideia de “Estado de compromisso”. Apesar de incorporar esta perspectiva, descartando a simples fórmula de coerção e manipulação como explicação da adesão popular aos movimentos nacional-populares, ao longo das décadas de 1930 e 1940, no Brasil, o autor brasileiro seguiu aferrado à perspectiva germaniana do caráter predominantemente heterônomo da participação dos trabalhadores nesses movimentos.

Esta breve digressão serve de introdução à primeira e inevitável impressão causada pela leitura de *História del peronismo: Un manual para su investigación*, organizado por Omar Acha e Juan Luis Besoky. Há um enorme abismo entre a mais recente produção historiográfica sobre o peronismo e a sua tradução e circulação no Brasil. Tal situação é ainda mais grave por duas razões. Em primeiro lugar, o impacto que estas discussões tiveram e ainda têm no debate público no Brasil e, em segundo lugar, a possibilidade de encontrar muitas intersecções e aproximações entre os trabalhos que foram desenvolvidos sobre os movimentos nacional-populares desde os anos 1980 em ambos países.

O livro de Acha e Besoky apresenta uma introdução e nove textos escritos por 11 pesquisadores, e que buscam traçar sínteses e balanços historiográficos, além de propor questões e provocações, a partir de trabalhos feitos entre os anos 1980 e 1990. Nesses textos, são abordadas as relações entre o peronismo (como governo e como movimento político) e o associativismo urbano, a classe operária, a produção científica, a literatura, as mulheres e a questão racial. Além dessas relações, são discutidas questões sobre o que poderíamos chamar de “cultura política peronista”, abarcando seus rituais, assim como suas subculturas de esquerda e de direita.

Os textos variam um pouco em sua construção, ora dando maior ênfase na enumeração de trabalhos e questões relativas aos recortes abordados, ora apresentando uma síntese ou uma interpretação própria. Em linhas gerais, e o que fornece uma unidade muito consistente às mais variadas formas de exposição e aos temas discutidos, é a busca de superação daquilo que Omar Acha identificou como “o grande obstáculo epistemológico” que permeou quase meio século de análises sobre o peronismo, a saber, o binarismo absoluto entre a autonomia e a heteronomia na análise da ação dos diversos grupos e sujeitos sociais argentinos que se formaram a partir do peronismo ou se identificaram com o movimento peronista ao longo de sua história. Fruto tanto de discussões coletivas como de projetos individuais de pesquisa, a maioria feita a partir do projeto “Práticas de classificação e de legitimação na configuração das identidades peronistas, 1945-1976”, os textos demonstram que a principal potência dos novos estudos sobre o peronismo encontra-se na

imersão e exploração de suas ambiguidades, o que constituía, até pouco tempo atrás, um dos fundamentos do “grande obstáculo epistemológico”.

Alguns exemplos dessa frutuosa revolução copernicana operada nos últimos 30 anos aparecem, por exemplo, no texto de Acha, *Vida associativa y peronismo: revisiones conceptuales e itinerários historiográficos*. Partindo de estudos que passaram a criticar a visão canônica sobre o associativismo urbano, alicerçada principalmente nos trabalhos de Leandro Gutiérrez e Luis Alberto Romero sobre a vida associativa das classes médias portenhas entre as décadas de 1920 e 1940, Acha mostra como a ideia de um Estado controlado pelo peronismo e que paulatinamente teria sufocado uma ativa e autônoma sociedade civil esteve longe de ser verdade. Avançou-se em compreender que o mundo associativo não apenas não foi bloqueado ou regrediu pelo advento do peronismo e a criação das unidades básicas – centros comunitários e uma espécie de associação de bairro vinculadas ao peronismo – como se multiplicou e se ampliou, principalmente fora dos grandes centros urbanos. Em alguns casos, apresentou-se um cenário de adaptação pragmática e convivência do peronismo às associações preexistentes.

Agustín Nieto, por sua vez, em seu provocativo texto *Clase obrera y trabajadorxs en la Argentina peronista...*, aborda um dos campos cujas discussões sobre a autonomia e heteronomia dos sujeitos sociais são mais quentes, a saber, a história da classe operária e dos trabalhadores sob o peronismo. Como o autor aponta, a afirmação da heteronomia como característica do movimento operário sob o peronismo é uma ideia que, por mais que se avance no conhecimento sobre o tema, sempre volta à tona. É uma prisão mental de longa duração a que também estamos familiarizados no debate brasileiro. Novos aportes historiográficos têm demonstrado, em chave que o autor aponta como “rupturista-otimista”, que o peronismo não apenas significou um momento de inflexão na história dos trabalhadores argentinos, mas também um momento de abertura de um novo horizonte de expectativas, plasmado em um sem-número de espaços ocupados pelos trabalhadores na história da sociedade argentina, muitas vezes a despeito e a contragosto das próprias lideranças do movimento. Nesse sentido, o peronismo não teria limitado, mas na verdade viabilizado a participação política de vastos setores sociais durante a segunda metade do século XX na Argentina.

Adentrando especificamente as práticas políticas do movimento, Rodríguez Cordeu apresenta uma crítica contundente aos usos do conceito de “ritual” para analisar as práticas sociais e de socialização que envolviam o movimento peronista. Difundido a partir dos anos 1990, supostamente como forma de dar maior complexidade aos estudos sobre a cultura política peronista, Cordeu destaca como, na verdade, esse aporte foi uma forma de repaginar antigas ideias sobre a heteronomia da classe trabalhadora e suas organizações sob o peronismo. Sem questionar a importância da liturgia peronista (1º de Maio, 17 de outubro e as eleições), Cordeu mostra como nesses momentos ocorria uma intensa vida partidária,

com disputas muito mais práticas e terrenas que a “recriação simbólica das fontes de legitimidade do regime”. Essas situações rituais, ao contrário dos efeitos supostamente catárticos e paralisantes, eram momentos de intensa experiência e ação política.

Em sentido muito aproximado ao discutido acima, Valéria Caruso aborda como as políticas voltadas às mulheres que se implementaram nos primeiros governos peronistas, além da presença pública de Eva Perón, “abriram os umbrais de ressignificação política e social que persistem até nossos dias”. Se boa parte das análises até pouco tempo atrás estiveram pautadas pelo “obstáculo epistemológico” e analisavam a relação do peronismo com as mulheres a partir da intenção de arregimentação desse grupo apenas em função das necessidades de seu líder, Caruso aponta como, a partir dos anos 2000, começaram a se desvelar as mais diversas imbricações entre gênero e peronismo. O direito de elegerem e serem eleitas, sancionado por Perón em 1947, por exemplo, abriu espaço para a ampliação das reivindicações por parte das mulheres relativas às esferas da vida privada e pública. Em relação ao período da Resistência, iniciado a partir do golpe de 1955 e que proscreeu o movimento peronista, Caruso destaca como a historiografia recente identificou o protagonismo feminino em um duplo combate: na resistência à proibição do peronismo e na reorganização do movimento e no questionamento ao domínio masculino sobre os lugares de poder dentro do mesmo.

Mariana Garzón Rogé, por sua vez, apresenta as diversas linhas interpretativas que marcaram as discussões em torno das questões raciais suscitadas a partir do primeiro governo peronista. A tese germaniana, com enorme difusão nos meios brasileiros, de que o apoio aos “populismos” teria tido como principal protagonista os imigrantes internos, parecia corroborar a visão de muitos contemporâneos sobre uma certa “irrupção” de massas estranhas ao moderno e europeizado meio urbano argentino – o surgimento dos chamados “cabecitas negras”. Contudo, apesar do peronismo não ter negado e, na verdade ter até mesmo explorado a heterogeneidade racial do país em seus discursos, Garzón Rogé aponta que, pelo menos durante o primeiro peronismo, não houve a preocupação de subverter o imaginário branco e europeu da sociedade argentina – pelo contrário, Perón oferecia a possibilidade de participação nessa sociedade argentina idealizada. Além disso, discorre como novas pesquisas têm demonstrado que, por mais que a questão racial tenha tido extrema importância, ela não deve ser lida em uma chave meramente partidária ou ideológica, pois, em distintos contextos, foi responsável por balizar os mais diversos conflitos, desde aqueles que enfrentaram as classes médias e os trabalhadores que invadiram seus antigos espaços de sociabilidade após o primeiro governo peronista até entre grupos de trabalhadores em seus conflitos cotidianos.

Por fim, os dois artigos relativos à esquerda (de Esteban Campos, Sergio Friedemann e Sebastián Gomez) e à direita (Juan Luis Besoky) peronistas, de maneira sucinta e extremamente competente, apresentam não apenas uma interessantíssima discussão sobre

a validade dessa topografia política em relação ao peronismo, mas reconstituem uma breve história dessas correntes dentro da história do movimento, de suas origens aos anos de redemocratização. Dois textos que são imprescindíveis para elucidar algumas questões e lugares comuns que o debate público brasileiro adora reproduzir quando se trata de discutir a história e a situação política argentina, além de instigarem uma reflexão sobre a existência e validade analítica dessa topografia e divisões políticas no seio do trabalhismo brasileiro.

## Espectros e ausências

OS TEXTOS DE Hernan Comastri, sobre o papel do peronismo dentro da história das ciências na Argentina, e o de Julieta Brenna, sobre o peronismo e as histórias da literatura argentina, lidam de maneira mais direta com um espectro que ronda todos os outros textos, a saber, o antiperonismo. Ao se terminar a leitura do livro, fica-se com a impressão de que o antiperonismo é um aspecto tão central e fundamental para a compreensão do peronismo como as ambiguidades e contradições internas do movimento. Talvez por sua complexidade (há antiperonismo de esquerda e de direita, apenas para ficarmos na superfície da questão), a análise do antiperonismo exigiria um outro volume e mais um elenco de pesquisadores para se debruçar sobre o tema.

Contudo, há outro espectro que, ao fim, se cristaliza em outra ausência e que acreditamos ser de maior importância. Faço referência à ausência de um capítulo sobre a economia política peronista. Industrialização por substituição de importações, desenvolvimento nacional, crescimento econômico a partir do mercado interno impulsionado pelos salários dos trabalhadores. Essas são apenas algumas questões que permeiam muitos dos conflitos analisados, mas que não foram abordadas de maneira mais detida e com a atenção necessária frente à sua complexidade e importância. A história econômica não determina, mas condiciona boa parte dos conflitos analisados. Além disso, muitos dos problemas que o desenvolvimentismo visava superar são questões ainda candentes nas realidades argentina e latino-americana e, portanto, temas quentes no debate público. A historiografia soube desmontar peça por peça muitas das principais ideias que sustentavam as teses clássicas sobre o “populismo político”, indicando, sobretudo, como essa visão estava eivada de preconceitos e dogmas liberais. O mesmo esforço em relação ao “populismo econômico” merecia pelo menos um capítulo.

Recebido em: 04/12/2024

Aprovado em: 27/02/2025